opiniaosocialista.com.br @opiniaosocialista opiniaosocialista opsocialista (11) 94101.1917

OPINIÃO SOCIALISTA



NÃO AO AJUSTE FI$CAL DO GOVERNO LULA

Pág. 11 a 28

FAZER O JOGO DA EXTREMA DIREITA É GOVERNAR PARA BANQUEIRO

N° 718 | 19 a 26 de novembro de 2026 | Ano 30

PSTU LIT-QI Liga Internacional dos Trabalhadores Quarta Internacional

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

NOTAS

Rosinha, presente! Até o socialismo, sempre! Pág. 4 e 5

Pág. 6 a 10

EDITORIAL

O AJUSTE FISCAL DE LULA, A PRESSÃO DO MERCADO E OS DESAFIOS DOS TRABALHADORES

Pág. 11 a 19

CENTRAIS

OS TRABALHADORES NÃO PODEM PAGAR A CONTA DO AJUSTE FISCAL DO GOVERNO LULA

Pág. 20 a 28

CENTRAIS

O AJUSTE FISCAL DO GOVERNO LULA É INEVITÁVEL?

Pág. 29 a 32

BRASIL

O NORDESTE NÃO CABE NOS ESTEREÓTIPOS DA TELEVISÃO

Pág. 33 a 37

BRASIL

GOVERNO ADIA REGULAMENTAÇÃO, E STF ABRE BRECHAS QUE FAVORECEM A PATRONAL

Pág. 38 a 45

MUNDO

ELEIÇÕES DE MEIO DE MANDATO REFLETIRAM AMPLA REJEIÇÃO À AGENDA DE TRUMP

Pág. 46 a 54

MUNDO

A GREVE GERAL NA ESPANHA E O DESPERTAR DAS LUTAS SOCIAIS CONTRA A CRISE CAPITALISTA

Pág. 55 a 58

BRASIL

GRANDES PRODUTORES RURAIS DÃO CALOTE BILIONÁRIO

Pág. 59 a 63

NEGROS

BANCO DO BRASIL TEM QUE PAGAR PELO CRIME QUE COMETEU

Pág. 64 a 68

NEGROS

PERIFERIAS NA LUTA POR REPARAÇÃO, CONTRA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E DO CAPITALISMO

N° 718 | 19 a 26 de novembro de 2026 | Ano 30

PSTU

LIT-QI
Liga Internacional dos Trabalhadores
Quarta Internacional

CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil
Agência: 4054-1
Conta: 26751-1
PIX: 55.446.524/0001-00

SOCIALISTA EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Opinião Socialista Ltda.

CNPJ: 55.446.524/0001-00 / Atividade Principal 91.92-8-00.

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mariúcha Fontana (MTb 14555)
REDAÇÃO: Diego Cruz, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar
DIAGRAMAÇÃO: Ana Sbabbo

CONTATOS

@opiniaosocialista
Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp
opinião@pstu.org.br
Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo (SP) CEP: 01313-000

NOTA

LUTO

Rosinha, presente! Até o socialismo, sempre!



Rosinha. Foto: arquivo pessoal

Faleceu no dia 14 de novembro Marco Antonio Rosa Pugliese, o Rosinha, militante histórico que traçou sua trajetória política na capital paulista por décadas.

Rosinha começou a militar em 1980 na Convergência Socialista. Sempre muito atuante, ajudou a fundar o núcleo do PT do Tucuruvi, sendo sua direção durante muitos anos. Em 1983, foi delegado ao Congresso de fundação da CUT e tornou-se parte da direção da Convergência na região Norte.

Foi preso na luta pela convocação da greve geral de 1983, passou a ser monitorado e perseguido pelos órgãos de repressão do Estado, entre eles o Serviço Nacional de Informações (SNI). Saiu do

PT em 1992 com a Convergência Socialista. Participou da fundação do PSTU, e militou anos a fio nas nossas fileiras.

Apesar de já não militar no partido desde o ano passado, quando se decidiu por outra organização, manteve sempre laços fraternos conosco, de camaradagem, respeito e cooperação. Todos os que convivemos com ele muitos anos o consideramos como um revolucionário, militante socialista e um amigo de quem sentiremos muita falta. ■

LANÇAMENTO EM BREVE!

Cuba 11J: Perspectivas contra-hegemônicas dos protestos sociais



EDITORIAL

O ajuste fiscal de Lula, a pressão do mercado e os desafios dos trabalhadores



Lula e o ministro da Fazenda, Dario Durigan. Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil.

O governo Lula apresentou um ajuste fiscal que atinge as áreas sociais e endurece o arcabouço criado pelo próprio PT em 2023. A lógica é a austeridade, que subordina o orçamento aos interesses do mercado e preserva a remuneração dos capitalistas por meio da dívida pública.

O projeto teve apoio do Centrão e de setores da direita. A extrema direita tentou agravar os cortes. Enquanto isso, o ministro Dario Durigan já prometeu novos ajustes para cumprir as metas de superávit. Isso mostra que o ajuste não é uma imposição da direita ao governo Lula. É parte do programa econômico do próprio PT.

PT PREFERE ENFRENTAR TRABALHADORES A ENFRENTAR O MERCADO

Governistas atacaram a esquerda que denunciou o ajuste e convocou protestos. Fizeram *fake news* dizendo que não tem cortes.

Há uma campanha contra as mobilizações que diz que elas poderiam repetir junho de 2013 e fortalecer a extrema direita. Isso inverte a história. Dilma foi reeleita em 2014 prometendo não retirar direitos, mas depois aplicou um duro ajuste fiscal, perdeu popularidade e, a partir daí, abriu-se espaço à ofensiva da direita.

Ou seja, o problema não foram os protestos de 2013, mas a política do governo, que recusou suas reivindicações e aprofundou a austeridade. A queda de Dilma não pode ser atribuída às ruas de junho, como se a classe trabalhadora tivesse obrigação de abandonar suas reivindicações para proteger um governo que aplicava cortes.

A campanha contra um novo 2013 revela a opção do PT. Em vez de se apoiar nas mobilizações para enfrentar a direita e os capitalistas, prefere combatê-las para agradar os capitalistas.

Dizem que Lula não poderia fazer outra coisa com esse Congresso. Mas quem o impediu de propor o fim das emendas, a sobretaxação das multinacionais e um projeto sem ataques à saúde e à educação? Quem o impede de convocar os trabalhadores a cercar o Congresso?

Se a direita apresentasse os cortes, responderia por eles. Mas o governo toma a iniciativa, faz acordo com o Centrão e comemora a aprovação.

Assim, assume que essa política é parte do seu projeto e ainda oferece à direita a possibilidade de exigir ataques maiores.

O PT lida bem com as pressões da direita. Negocia e se adapta aos capitalistas. Já diante das críticas da esquerda e da mobilização dos trabalhadores, tenta sufocar e deslegitimar. Isso mostra os limites da estratégia de disputar o governo por dentro para fazê-lo abandonar a conciliação com a burguesia.

O AJUSTE FISCAL É DO GOVERNO LULA, NÃO BASTA LUTAR APENAS CONTRA O MERCADO

UNE, PCdoB e setores do PSOL convocaram atos "contra o mercado", em alguns casos até "com Lula". Mas quem apresentou o ajuste para atender ao mercado foi o próprio governo Lula. Isso desarma a luta.

Não é possível enfrentar de modo consequente os ataques sem saber de onde eles vêm, sem dizer que o governo é responsável. Criticar o mercado sem apontar quem governa significa esconder dos trabalhadores a responsabilidade política pelos cortes.

É PRECISO CONSTRUIR UMA OPOSIÇÃO DE ESQUERDA

Parte do PSOL denuncia o ajuste, mas continua participando do governo. Não por acaso, já recuaram da convocação de novas mobilizações. Jones Manoel, embora critique o projeto, não convocou os atos.

Isso mostra a contradição de ser contra o ajuste, mas continuar sendo da base aliada do governo,

inclusive com ministérios, e seguir dando apoio político a um governo com uma política econômica neoliberal. Isso é bastante insuficiente para o tamanho dos desafios políticos que a classe trabalhadora enfrentará.

O PSOL, para ser coerente na luta contra o ajuste, deveria romper com o governo e construir uma oposição de esquerda independente, capaz de enfrentar os ataques do PT e derrotar a extrema direita.

A ALTERNATIVA É ENFRENTAR OS CAPITALISTAS!

Há quem argumente que, como vivemos no capitalismo, não haveria saída além do ajuste. É justamente esse o problema. Aceitar os limites do capitalismo significa aceitar os ditames do mercado.

Existe alternativa ao ajuste, mas ela exige enfrentar os capitalistas. É preciso reduzir os juros, acabar com a autonomia do Banco Central e revogar o arcabouço fiscal. Também é necessário transformar o mecanismo da dívida pública, controlar os movimentos de capitais para impedir fugas e ataques especulativos, enfrentar as remessas de lucro ao exterior e estatizar o sistema financeiro e os setores estratégicos da economia.

Essas medidas devem sustentar um plano de industrialização a serviço dos trabalhadores, com investimento público e controle social da produção. Sobretaxar bilionários, eliminar privilégios fiscais e acabar com emendas também é necessário, mas não basta se não enfrentar o poder da burguesia.

A austeridade não é uma contradição ocasional no programa petista. Foi assim com a reforma da Previdência de 2003, com os superávits primários dos primeiros governos Lula, com o ajuste de Dilma em 2015 e com o arcabouço de 2023. O novo projeto confirma essa trajetória. Não é uma questão técnica, mas uma escolha política de classe evidente.

Precisamos de uma esquerda com outro programa, revolucionário e socialista, que supere o PT pela esquerda, enfrente a burguesia e o imperialismo e combata a desindustrialização. Para isso é preciso construir uma alternativa ao sistema capitalista que alimenta a exploração e a própria reação.

Nenhum apoio ao ajuste fiscal de Lula! Pelo fim do arcabouço! Por uma oposição de esquerda e socialista!■

AJUSTE FISCAL

Os trabalhadores não podem pagar a conta do ajuste fiscal do governo Lula

DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO



Manifestação no Rio de Janeiro contra o ajuste fiscal. Foto: PSTU-RJ

O governo aprovou a toque de caixa no Senado, no dia 12 de novembro, um duro projeto de ajuste fiscal que, além de retirar bilhões da Saúde já no próximo ano, endurece as regras do arcabouço fiscal (o teto de gastos de Temer reformulado pelo governo Lula em 2023 para economizar dinheiro para o pagamento dos juros da dívida).

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 299/2026, elaborado pelo Governo Federal e apresentado pelo senador Jaques Wagner (PT-BA), pretende cortar, só em 2027, até R$ 60 bilhões. Esse corte é uma sinalização ao mercado de que a política econômica do governo Lula terá como prioridade, nos próximos quatro anos, fazer superávit primário (ou ter lucros) a fim de remunerar os títulos da

dívida. A maior parte da dívida está nas mãos de banqueiros e megaespeculadores.

O ponto mais grave do projeto é a mudança da base de cálculo para o investimento em saúde. Ele retira recursos como as receitas de exportação de gás e petróleo do cálculo para o piso constitucional da Saúde. A Constituição estabelece que pelo menos 15% de todas as receitas da União sejam destinadas ao setor. Com a exclusão das receitas do petróleo, calcula-se que algo entre R$ 10 bilhões e R$ 20 bilhões deixarão de ir para o SUS em 2027 de acordo com o próprio Conselho Nacional de Saúde, entre outras entidades.

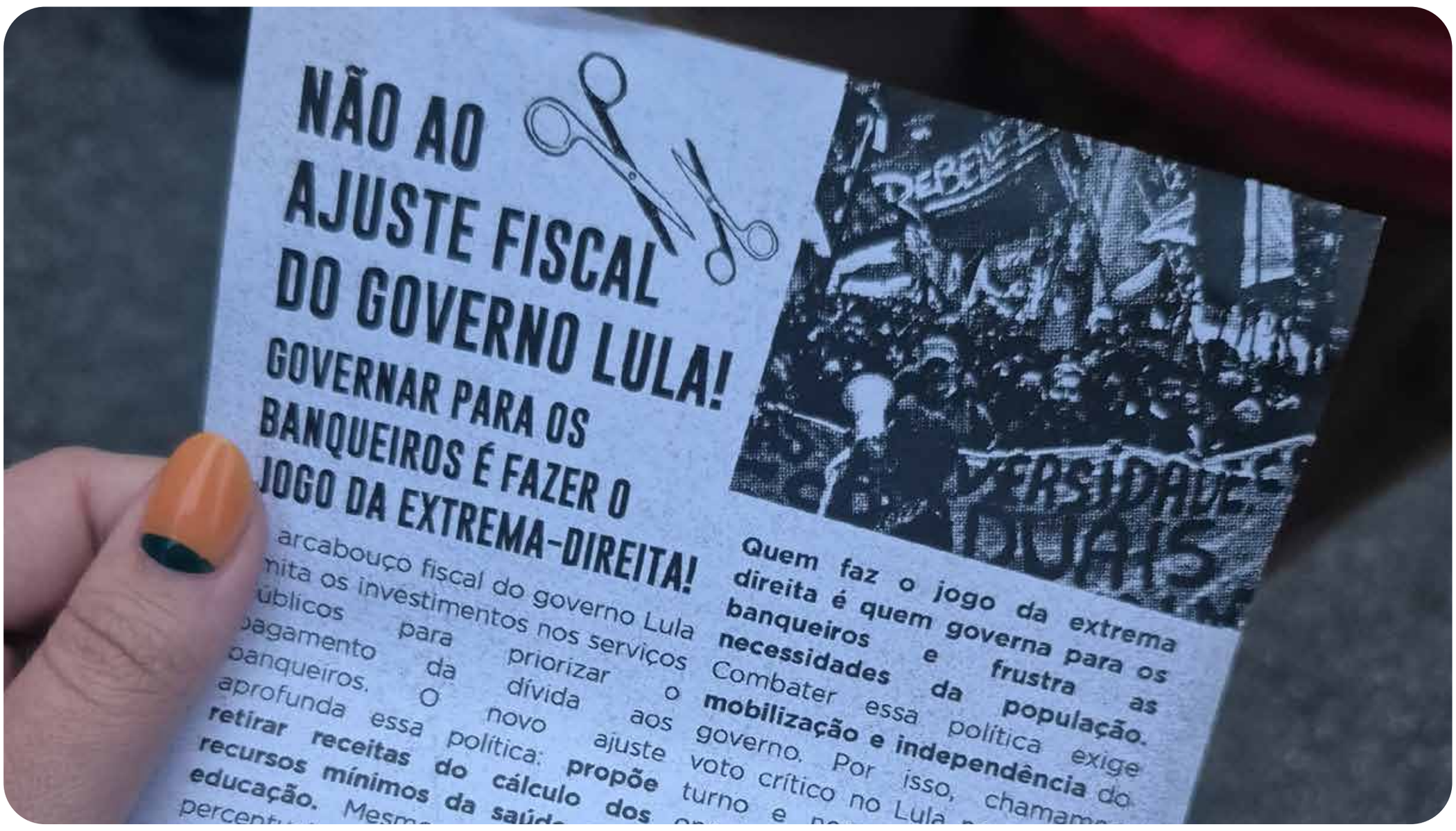
Em agosto, o Governo Federal já havia aprovado a Lei Complementar 235/2026, que exclui as receitas da exploração do petróleo e do gás da base de cálculo para os pisos da Saúde e também da Educação. A justificativa era combater a alta dos preços causada pela guerra no Irã. O atual PLP, porém, institucionaliza essa desvinculação, retirando permanentemente também as receitas extras da exportação do petróleo para o financiamento da saúde.

O projeto de ajuste fiscal rebaixa ainda, na prática, o teto de gastos definido pelo arcabouço fiscal, dos atuais 2,5% para 2%. O texto estabelece que esse aperto só seria acionado caso as projeções não mostrassem o cumprimento da meta de superávit. O detalhe é que essa meta aumenta a cada ano, até 2030. Isso aponta não só o acionamento deste gatilho, mas também coloca no horizonte próximo novos ataques a serviços públicos e direitos sociais.

TUDO PELO MERCADO

Mas, por que o Governo Federal está fazendo esse ajuste? Banqueiros e megainvestidores, representados pelo que se chama de “Faria Lima”, reclamam que a relação entre dívida e PIB (conjunto das riquezas produzidas pelo país) estaria muito alta. Isso supostamente provocaria uma ameaça de calote no futuro, e, por isso, o governo precisaria frear e cortar seus investimentos, inclusive sociais, para que isso não aconteça.

A relação dívida/PIB, porém, explodiu no último período, chegando a 82% do PIB, por conta das mais altas taxas de juros do mundo impostas aqui pelo Banco Central. Lembra que Lula e a cúpula do PT passaram dois anos acusando o diretor do Banco Central, Roberto Campos Neto, indicado por Bolsonaro, de sabotar o governo com a taxa de juros? Pois bem, Campos Neto deixou o cargo em 2024 com os juros de 12,25%. Poucos dias antes da aprovação do ajuste fiscal, o mesmo Banco Central, agora sob as ordens do indicado de Lula, Gabriel Galípolo, a mantinha em 13,75%.

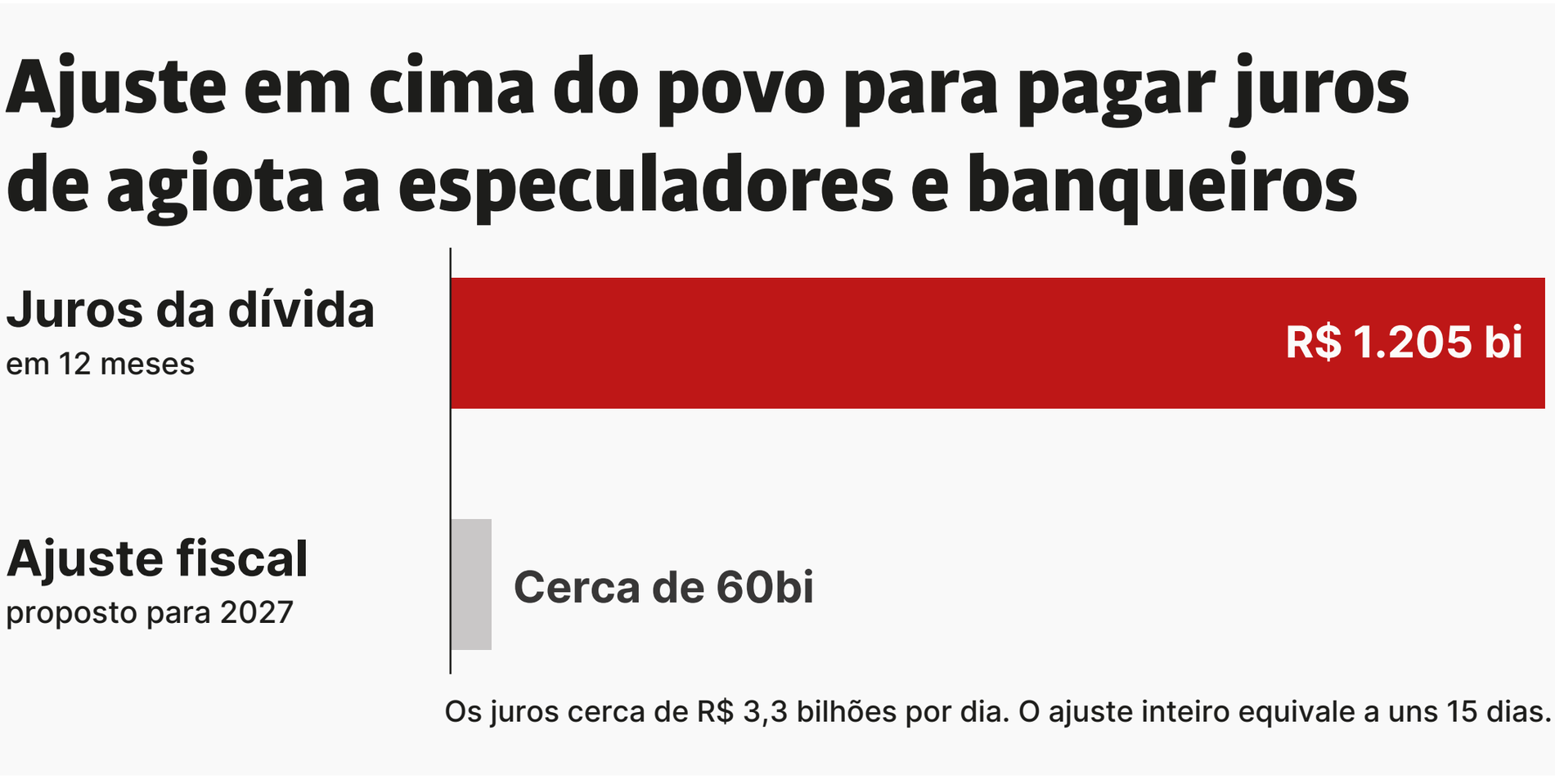


Manifestação no Rio de Janeiro contra o ajuste fiscal. Foto: PSTU-RJ

Só para se ter uma ideia, cada 1 ponto da taxa Selic representa um gasto aproximado de R$ 50 bilhões em juros. No acumulado de doze meses até agosto deste ano, esses juros custaram R$ 1,18 trilhão segundo o próprio Banco Central. O mercado pressiona, assim, que se corte cada vez mais gastos (as chamadas despesas primárias) para que se pague mais juros (as despesas financeiras).

De forma direta: trata-se de desviar bilhões para remunerar meia dúzia de capitalistas que detêm grande parte dos títulos da dívida. É, no fundo, uma disputa pela posse das riquezas produzidas pela classe trabalhadora, em que até mesmo a ínfima parte que retorna por meio do SUS será desviada para o mercado.

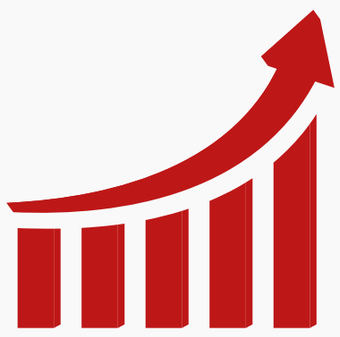
Mesmo assim, a desproporção entre o pagamento de juros e o ajuste fiscal nas contas públicas é tão grande, que é como tentar salvar um transatlântico afundando com uma caneca furada. E isso coloca, de forma inevitável, futuros ataques no horizonte.



Fonte: Banco Central



Rebaixamento do piso da Saúde – O PLP exclui as receitas dos impostos de exportação do petróleo (além do pré-sal que já estava fora) na base de cálculo para o piso da Saúde (15% da Receita Corrente Líquida – RCL).



Aumento da meta de superávit – O projeto de lei autoriza a contenção de despesas para a busca do centro da meta de superávit. Hoje, o governo trabalho com uma meta de lucro com uma margem de 0,25% para cima ou para baixo. A definição do centro da meta acaba com essa margem para baixo, elevando, na prática, o quanto o governo deve economizar a cada ano.



Rebaixamento do teto de gastos – Caso o governo avalie que a meta de austeridade não será atingida, o atual teto de gastos, de 2,5%, é rebaixado para 2%. Isso reduz ainda mais os investimentos em áreas já subfinanciadas, como a Educação.

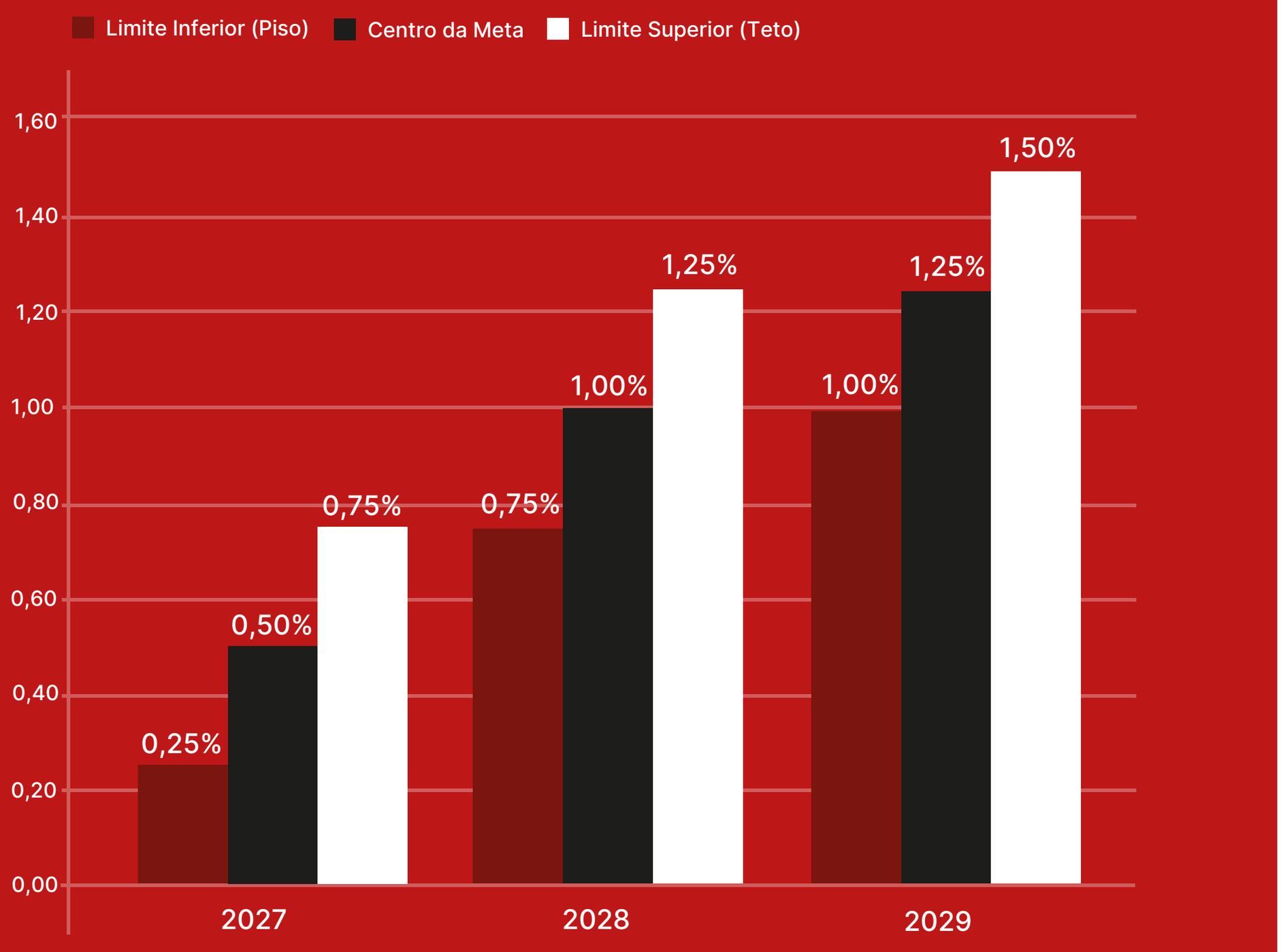


Aumento do bloqueio no orçamento – O projeto ainda amplia em 20% as despesas sujeitas à chamada contenção de gastos (bloqueio), incluindo gastos hoje considerados obrigatórios. Isso atingiria em cheio o custeio e os investimentos em universidades e institutos federais, por exemplo.



Benefícios tributários – O PLP corta em 10% um conjunto de benefícios tributários hoje concedidos às empresas para aumentar a arrecadação. Os recursos que virão disso, porém, serão para cumprir a meta de superávit, não se converterão em investimentos sociais.

Metas de Superávit Primário Federal e Bandas de Tolerância (% do PIB, 2027-2029)



FAKE NEWS

Governo e direção do PT mentem sobre cortes na Saúde e medidas de austeridade

Diante da repercussão do ajuste, o governo Lula foi à ofensiva. O ministro do Planejamento, Bruno Moretti, vestiu a camisa do ajuste e, com a boa vontade da grande imprensa, tachou quem se coloca contra tirar bilhões do SUS para dar aos banqueiros de "extrema esquerda sectária". André Janones, por sua vez, instiga seu exército virtual para disseminar a narrativa de que não há corte na Saúde, chamando de *fake news* o que se disser em contrário.

Um dos principais argumentos é que a Saúde não vai perder os recursos da exportação do petróleo, só vai deixar de ganhar. Afirmam que, mesmo com o corte, a Saúde terá aumento de R$ 20 bilhões em 2027, um aumento real de 4,8%. Porém, sem os cortes, poderíamos ter até R$ 20 bilhões a mais ou um incremento de 11,83%. Ou seja, se aumentaria quase 12% e com o ajuste vai para próximo de 5%, é um corte.

Se um trabalhador conquista uma PLR de 12% e o patrão paga 5%, ele vai dizer que foi um corte ou apenas uma "redução na velocidade do aumento de seu rendimento"? O problema é que não se trata de uma questão semântica, mas de dinheiro que sai da Saúde para ir ao rentismo.

O governo e o petismo argumentam que essas receitas que deixarão de ir para o SUS são recursos extraordinários, ou seja, não estão garantidos para os próximos anos, pois dependem de fatores externos, como o preço do petróleo no mercado internacional. É uma meia verdade, pois essa receita pode cair ou pode até aumentar. Fato é que, com o projeto, teremos de R$ 10 bilhões a R$ 20 bilhões que poderiam ajudar a equipar uma SUS já subfinanciado e precarizado. Poderiam, por exemplo, servir à manutenção de equipamentos dos 39% dos hospitais de pequeno porte que sofrem com esse problema segundo levantamento do TCU.

MAS O PROJETO NÃO ATACA OS RICOS?

Outro argumento tenta defender o ajuste fiscal alegando que ele corta benefícios dos empresários. Essa justificativa não se sustenta. O PLP reduz parte dos privilégios tributários, ainda

que de forma insuficiente, mantendo toda a estrutura que garante os superlucros dos bancos e grandes monopólios. E, mais, não é equiparável reduzir parte dos privilégios tributários dos empresários com restringir recursos aos direitos básicos da população. Pior ainda, tudo feito para enviar ainda mais dinheiro aos bancos por meio dos juros da dívida.

No fundo, a lógica permanece a mesma. Os direitos sociais devem caber nos limites impostos pelo ajuste fiscal, enquanto os interesses do capital financeiro continuam protegidos.



Presidente Lula e o deputado federal Janones. Fonte: Reprodução

Saúde, educação e direitos sociais não cabem no arcabouço fiscal

O PLP, junto com o arcabouço fiscal, não é um mero ajuste passageiro, como argumentam seus defensores.

O aumento progressivo das metas de superávit vai exigir cortes cada vez maiores. Pior, os pisos

constitucionais da Saúde e da Educação, a valorização do salário mínimo, a Previdência e o BPC já não cabiam no teto de 2,5% do arcabouço, menos ainda num teto rebaixado de 2%.

Quando o governo Lula aprovou o arcabouço em 2023 para substituir o teto do governo Temer, já era evidente que era incompatível com os pisos da Saúde (15% da Receita Corrente Líquida) e da Educação (18% da Receita Líquida de Impostos). Assim como com uma política de valorização do salário mínimo, BPC, aposentadorias etc.

O que aconteceu em seguida? No apagar das luzes de 2024, Lula sancionou o limite de crescimento do salário mínimo em 2,5%, enquadrando nas regras do arcabouço. A restrição do mínimo impacta diretamente mais de 70% dos aposentados e pensionistas, 28,5 milhões de beneficiários, além de 6,6 milhões de idosos de baixa renda, e pessoas com deficiência (PCD) que sobrevivem com o BPC.

O ataque disfarçado aos pisos da Saúde e Educação, nesse sentido, não é coincidência. Mais cedo ou mais tarde, a fim de manter o arcabouço, o governo Lula terá que desvincular esses recursos. Ou acabam os pisos ou acaba o arcabouço fiscal. Os dois não têm como coexistir.■

AJUSTE FISCAL

O ajuste fiscal do governo Lula é inevitável?

JÚLIO ANSELMO E DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO



Protesto na Faria Lima, centro financeiro de São Paulo, contra o ajuste.
Foto: Maísa Mendes

Tanto o governo Lula, quanto o mercado financeiro e o conjunto da imprensa repetem o mantra que o Estado gasta demais e que, portanto, o ajuste fiscal é inevitável. Até mesmo parte da esquerda está caindo nessa narrativa, enquanto a extrema direita atua para um ajuste ainda mais profundo.

Mas basta olhar ao redor para se questionar: hospitais públicos sem estrutura, universidades

caindo aos pedaços, servidores com salários arrochados e uma infraestrutura urbana cujo saneamento mal cobre metade da população brasileira. Será que o Estado gasta mesmo demais? O que tem de verdade nessa história?

CONTA NO LOMBO DO POVO

O projeto de ajuste fiscal do governo Lula vai no sentido de fazer superávit primário. Isso significa que, depois de tudo o que a União arrecada e gasta, a conta teria que ficar no azul. Mas esse superávit primário exclui os gastos com os juros da dívida pública. E é aí que a porca torce o rabo.

Os R$ 60 bilhões que o atual PLP pretende economizar serviriam para o governo zerar essa conta (que está no negativo em R$ 70 bilhões). Não para que volte a ter capacidade de investir mais no futuro, e sim para garantir o pagamento dos juros da dívida. Note a desproporção: enquanto esse déficit equivaleu a 0,5% do PIB, o país pagou em juros nos últimos doze meses R$ 1,2 trilhão ou 9% do PIB.

Isso acontece porque o Brasil pratica juros de agiota, com retorno real (descontada a inflação) de 9%. Para continuar garantindo, assim, a remuneração desses juros, cujos títulos estão em sua maioria nas mãos de meia dúzia de grandes capitalistas, o governo corta lá embaixo, restringindo cada vez mais investimentos, impondo um teto nos gastos e no salário mínimo (em consequência, nas aposentadorias e demais benefícios) e, agora, atacando os pisos constitucionais da Saúde e da Educação.

Mesmo assim, essa conta ainda não vai fechar, porque os gastos com juros são muito maiores

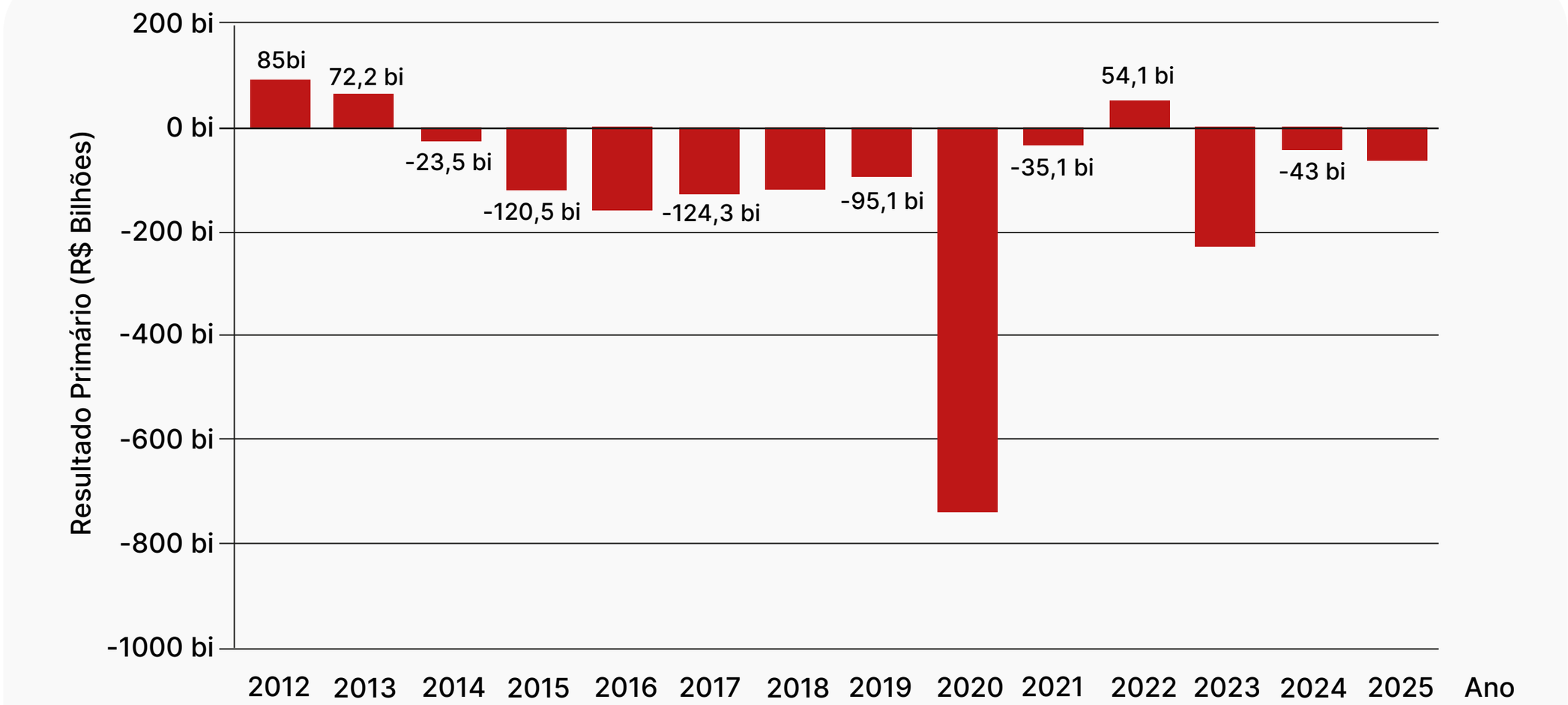
que o resultado do ajuste. Por isso, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou à imprensa, no dia 17, que o PLP é “apenas o primeiro passo”. Ele sinaliza que muito mais vem por aí, até porque a meta de superávit primário cresce a cada ano até 2030.

BAIXAR OS JUROS E ENFRENTAR O SISTEMA FINANCEIRO

Baixar os juros é fundamental para estancar essa sangria. Para isso, é necessário revogar a autonomia do Banco Central, uma medida até de caráter democrático, uma vez que de autônomo ele não tem nada, mas serve diretamente ao mercado financeiro, sem que ninguém tenha votado nele além do mercado, ainda que o governo de turno não se contraponha aos banqueiros.

Mais que isso, é preciso enfrentar a fundo o mercado financeiro, desmontando essa engrenagem que serve para drenar as riquezas produzidas pela classe trabalhadora para os megainvestidores, inclusive internacionais. Por isso é preciso defender a suspensão do pagamento da dívida aos banqueiros e grandes investidores, que enriquecem com a espoliação da classe trabalhadora e o empobrecimento da população.

Mas isso, por si só, não resolve nosso problema. Se a dívida pública é sim um mecanismo de transferência de riquezas, mesmo se ela acabasse amanhã, o Brasil continuaria no vermelho.



Resultados Primários do governo (o resultado de 2022 é fruto de uma manobra do então governo Bolsonaro, que deu calote nos precatórios)

BOLSA-BANQUEIRO

Atacar o mecanismo da dívida pública é apenas um passo



Em tese, a dívida serviria para financiar o Estado. Na prática, o Estado toma esse empréstimo para absorver o capital que, em determinada conjuntura de crise ou desaquecimento, não encontraria rentabilidade em nenhum outro setor. Mas parte do que o governo gasta com a dívida é também rolagem para novas dívidas e financiamento de seu próprio déficit.

O Brasil, por exemplo, acumula déficits primários desde 2014. Não porque gasta demais em saúde, educação, mas principalmente porque o então governo Dilma diminuiu a arrecadação com uma verdadeira farra em isenções e subsídios ao agronegócio e às grandes empresas e multinacionais, os quais se arrastam até hoje. A precarização do trabalho e a informalidade, por outro lado, reduzem a arrecadação, assim como a própria dinâmica da economia.

O mercado reclama, por exemplo, do grande aumento do BPC nos últimos anos. Mas esse aumento não é fruto de um monte de velhinhos safados querendo viver na mamata. Simplesmente, ao não conseguirem trabalho formal e contribuírem com o INSS, uma massa de pessoas vai atingindo a velhice sem trabalho, o mínimo de estabilidade e contribuição.

É PRECISO IR A FUNDO NO PROBLEMA

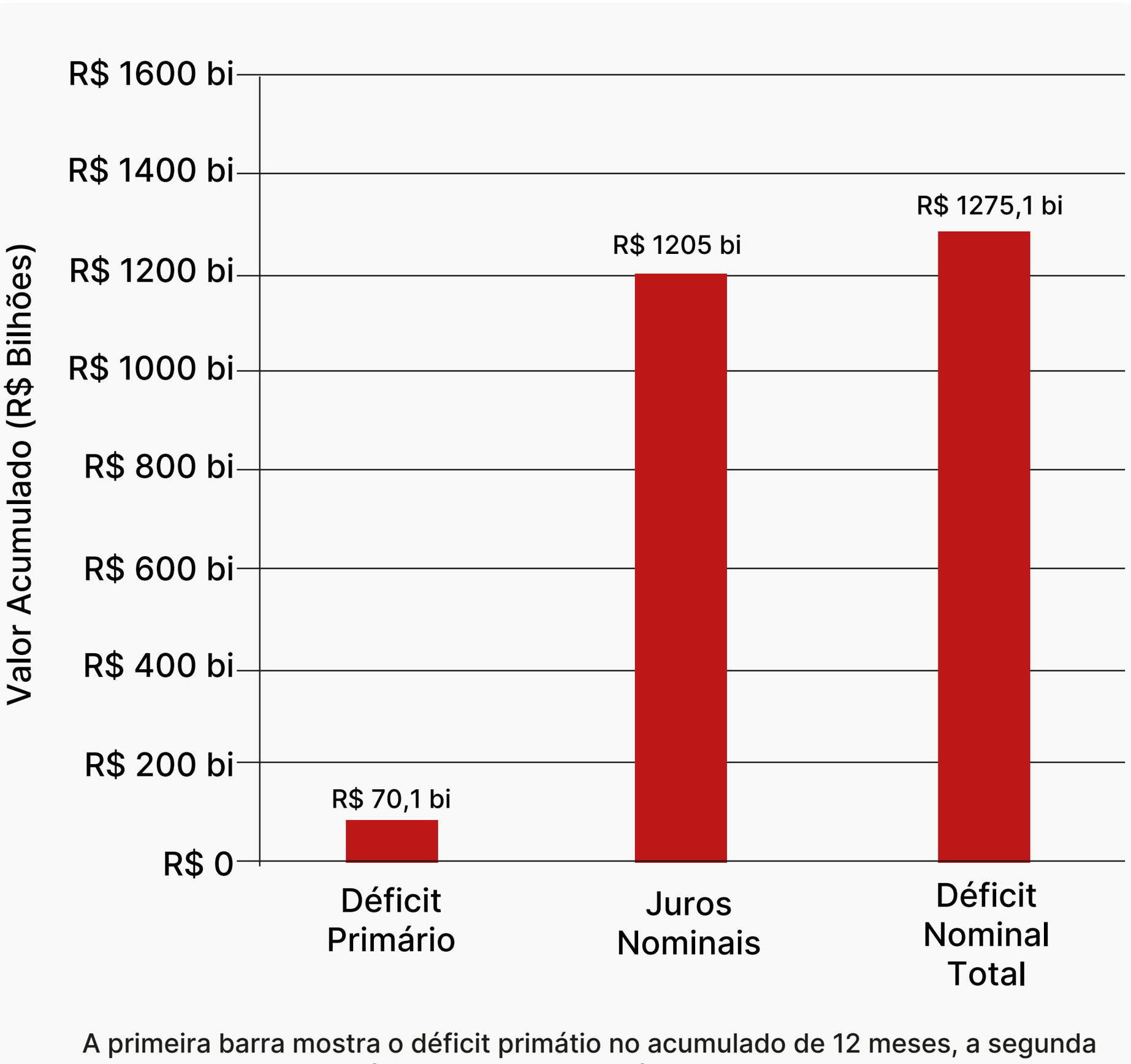
Se a saída imposta pelo mercado impõe uma política recessiva de desemprego, fome e miséria, por outro lado, a defesa de certos setores, principalmente identificados com uma esquerda do sistema, de financiar um desenvolvimento econômico por meio do déficit público, tampouco resolve o problema. Seria, na prática, o governo emitindo moeda para viabilizar o aumento dos gastos públicos.

A questão é que a moeda não é um ente abstrato que paira acima da sociedade e das relações sociais. Ela expressa, de fundo, a produção; no caso, a produção capitalista de mercadorias. Um descolamento entre produção e expansão da

base monetária acabaria se convertendo em inflação e desvalorização do Real e não seria capaz de alterar ou superar o caráter subordinado do Brasil.

Se é preciso, então, baixar os juros, aumentar os gastos públicos, acabar com os subsídios e taxar os bilionários e o grande capital para, ao mesmo tempo, ter mais recursos para investir em saúde e educação e impor parte da crise nas costas dos ricos, isso por si só teria um efeito no máximo de curto prazo. O grande problema continuaria sendo o domínio da nossa economia por grandes oligopólios capitalistas estrangeiros e o domínio do imperialismo, que dita o funcionamento do país.

Essa engrenagem de subserviência e espoliação é que faz com que o Brasil seja não só extremamente desigual, mas cada vez mais pobre.



A primeira barra mostra o déficit primátio no acumulado de 12 meses, a segunda o custo com juros da dívida, e a terceira o déficit total.

ENFRENTAR O SISTEMA

Controlar os capitais e estatizar os setores estratégicos do país

O Brasil só vai resolver seus problemas estruturais se romper de fato com o imperialismo e esse ciclo de dominação que subsiste há 500 anos. E só é possível romper com isso com a classe trabalhadora tomando o controle do sistema financeiro e das principais empresas estratégicas, redirecionando seus excedentes para reindustrializar o país em favor dos trabalhadores.

Com o controle de capitais, seria possível evitar uma fuga descontrolada de investimentos e remessas de lucros das multinacionais, redirecionando esse capital para dentro do próprio país. Medidas de controle de capital já foram realizadas até por governos burgueses, como João Goulart que, em 1962, limitou as remessas em 10% ao ano do total do capital investido no Brasil.

Isso evitaria, inclusive, uma crise cambial provocada por uma debandada desenfreada de dólares, algo que dificultaria o acesso a maquinário e tecnologia estrangeira da qual ainda somos dependentes.

O determinante, porém, é superar essa dependência, industrializar o Brasil e entrar no jogo das cadeias produtivas de alto valor, como chips e softwares. Tudo o que uma burguesia covarde, capacha e que vive dos restos das grandes potências não quer. Por isso, é necessário enfrentar, ao mesmo tempo, os monopólios capitalistas e a Faria Lima. A questão é: quem é capaz de fazer isso?

NOME AOS BOIS

O ajuste fiscal é feito pelo governo para atender o mercado



Presidente Lula e Durigan, ministro da Fazenda. Foto: reprodução

A maior parte da esquerda do sistema difunde uma narrativa segundo a qual o governo impõe o ajuste fiscal porque é pressionado pelo mercado. No entanto, a política de austeridade e ajuste fiscal faz parte do projeto do próprio governo do PT. Desde sempre.

A política de superávit primário foi prioridade dos governos Lula 1 e 2, com metas ainda maiores que as atuais. Naquele momento, porém, beneficiou-se de uma conjuntura de alta demanda de commodities (produtos primários para a exportação) alavancada pelo crescimento exponencial da China principalmente.

Foi Lula quem criou o famigerado LCA, um título para financiar o agronegócio isento de impostos. Foi

também Lula, em seu segundo mandato, quem autorizou que os grandes exportadores mantivessem até 30% de suas receitas no exterior, o que também beneficiou o agro, e enfraqueceu a política cambial do país (até então, o BC era responsável por administrar as reservas de dólares).

E agora foi o governo Lula que, em 2023, impôs o regime de arcabouço fiscal, um teto de gastos repaginado, que agora restringe ainda mais, culminando no PLP que retira recursos da Saúde.

É HORA DE FORTALECER UMA OPOSIÇÃO DE ESQUERDA

Para enfrentar e derrotar o ajuste fiscal e esse projeto de país, é preciso fortalecer uma oposição de esquerda, independente do governo Lula, que enfrente os ataques contra os trabalhadores e também tenha capacidade de enterrar a extrema direita. Uma oposição que não se limite a disputar os rumos da política econômica do PT, mas que organize a luta dos trabalhadores contra os ataques aos direitos sociais e a submissão do país aos interesses dos grandes capitalistas e do mercado financeiro.

Não basta exigir que os ricos também paguem uma parte da conta. É preciso rejeitar a própria lógica do ajuste fiscal, que coloca os direitos da população a serviço das metas fiscais e do pagamento da dívida pública. A saída passa pela mobilização independente da classe trabalhadora, pela ruptura com o arcabouço fiscal e pela construção de uma alternativa socialista, que coloque as riquezas do país a serviço das necessidades da maioria, e não dos lucros de uma minoria.■

LÁ NO MEU PRECONCEITO

O Nordeste não cabe nos estereótipos da televisão

ROBERTO AGUIAR,
DE SALVADOR (BA)



Foto promocional da novela Lá na Minha Terra. Fonte: Reprodução

A estreia de Lá na Minha Terra, nova novela das seis da TV Globo, reacendeu um debate antigo: por que o Nordeste continua sendo retratado como uma região parada no tempo? Ambientada na fictícia Lavra Seca, na Chapada Diamantina, a trama apresenta uma realidade marcada pela pobreza, pela falta de perspectivas e pela migração para São Paulo. Não é a existência desses problemas que está em questão, mas a repetição de uma imagem que reduz uma região inteira a eles.

A escolha da Chapada Diamantina como cenário de uma narrativa que parece transportar o Nordeste para os anos 1950 ou 1960 merece questionamento. A Chapada é território de comunidades, trabalhadores, atividades econômicas, conflitos e

produção cultural. Não é apenas uma paisagem bonita, tampouco um lugar congelado no passado.

O SERTÃO EXISTE, MAS NÃO RESUME O NORDESTE

Em entrevista ao Estadão, a protagonista Dira Paes afirmou: “Esse sertão existe. Esse sertão não só existe, como resiste e persiste. Não vamos virar as costas para esse sertão”. Também comparou a falta de antenas parabólicas em alguns lugares à impressão de que ainda estaríamos nos séculos XVII ou XVIII.



Foto promocional da novela Lá na Minha Terra. Fonte: Reprodução

O sertão existe. A seca, a pobreza, a falta de água e a ausência de serviços públicos também. Ninguém está propondo esconder essa realidade. O problema é transformar essas condições em identidade regional e insistir na velha oposição: Nordeste como atraso; Sudeste como desenvolvimento. Na novela, mais uma vez, São Paulo aparece como destino de quem busca uma vida melhor, enquanto o Nordeste é o lugar de onde se precisa partir.

O problema não é a ausência de uma antena

parabólica, mas a falta de investimento público, saneamento, escolas, saúde e acesso à água. Não se trata de atraso cultural, mas de desigualdades históricas produzidas por um modelo de desenvolvimento que concentra riqueza e oportunidades.

O RESPEITO QUE SE COBRA PARA BELÉM TAMBÉM VALE PARA O NORDESTE

Há uma contradição que merece ser lembrada. Quando Flávio Bolsonaro se referiu a Belém de forma depreciativa durante o debate presidencial da TV Globo, Dira publicou um vídeo em defesa da capital paraense. Disse ter se sentido ofendida e lembrou que a cidade tem problemas, mas também história, cultura, gastronomia e um povo que merece respeito. Sua frase foi precisa: “Belém não precisa ser perfeita para ser grandiosa, ela precisa ser respeitada”.

Concordamos. Uma cidade não pode ser reduzida às suas dificuldades. Mas esse mesmo princípio vale para o Nordeste. Não se trata de responsabilizar Dira de forma individual pelas escolhas da novela, que envolvem roteiro, direção e produção. Trata-se de questionar argumentos que acabam reforçando uma visão limitada da região.

Depois da repercussão, em 13 de novembro, Dira publicou outro vídeo nas redes sociais. Nele, disse sentir muito por ter provocado sentimentos ruins e afirmou: “Nunca foi minha intenção magoar ou ofender ninguém, muito menos esse povo sertanejo que eu admiro tanto”. Também destacou a importância de ouvir as críticas e aprender com elas.

O pedido de desculpas merece ser registrado. Mas o debate não termina com ele: é preciso discutir as representações que continuam sendo produzidas e o papel da televisão na construção do imaginário sobre o país.

QUEM CONTA AS HISTÓRIAS DO NORDESTE?

O Nordeste é sertão, mas também é metrópole; é agricultura familiar, indústria, universidade, ciência, tecnologia, literatura, cinema e música. É uma região diversa, atravessada por contradições e transformações. A pobreza não é uma característica natural do Nordeste: é resultado de processos históricos, econômicos e políticos.

A televisão, especialmente uma emissora com o alcance da Globo, tem responsabilidade na construção do imaginário nacional. Quando repete as mesmas imagens, ajuda a perpetuar preconceitos e apaga experiências que não cabem nesse enquadramento. O sertão precisa estar na televisão, mas não pode ser a única imagem disponível da região.

Como paraense que vive há vinte anos no Nordeste, reconheço também o peso dos estereótipos sobre o Norte, muitas vezes apresentado como território exótico, distante e preso à floresta. Não queremos apagar a Amazônia como floresta nem o Nordeste como sertão. Queremos que essas realidades não sejam limites para a imaginação.

Mais do que pedir uma representação idealizada, queremos diversidade, profundidade e respeito. E queremos que nordestinos e nortistas tenham cada vez mais espaço para contar suas próprias histórias, com suas muitas vozes, experiências e contradições.■

CLASSE TRABALHADORA | FIM DA 6X1

Governo adia regulamentação, e STF abre brechas que favorecem a patronal

É preciso garantir dois dias de descanso de verdade, sem banco de horas disfarçado e sem redução salarial

RENATA FRANÇA,
DE SÃO PAULO (SP)



Manifestação pelo fim da 6x1 em São Paulo. Foto: PSTU-SP

Enquanto o governo Lula adia a regulamentação do fim da escala 6×1, o ajuste fiscal para 2027 já está na mesa. Quando se trata de garantir os interesses do mercado, o governo trabalha rápido; quando se trata de assegurar direitos conquistados pela mobilização dos trabalhadores, vai adiando.

Em nome da responsabilidade fiscal, preservam-se os interesses de grandes empresários e banqueiros, enquanto a necessidade de descanso, saúde e vida da classe trabalhadora fica em segundo plano. O governo havia anunciado a publicação da regulamentação em 9 de novembro, mas adiou o anúncio para depois da viagem de Lula à Turquia

para a COP31. De volta ao Brasil, a regulamentação continua pendente.

A PATRONAL VAI AO STF PARA ATACAR A CONQUISTA

Enquanto o governo posterga, a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) ajuizaram as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 8041 e 8042 no STF, pedindo a aplicação da redução da jornada para daqui um ano, exigindo que acordos anteriores fossem preservados e as possibilidades de compensação liberadas.

No dia 12 de novembro, o ministro Flávio Dino, relator das ações, rejeitou o pedido de adiamento. Entretanto, acolheu reivindicações patronais sobre a organização de horários e descansos.

A decisão permite flexibilizar, por negociação com os sindicatos, a distribuição das folgas, inclusive com adiamento de seu usufruto. Na prática, abre espaço para que o trabalhador tenha apenas uma folga em determinada semana e compense a segunda. Também admite, na ausência de acordo coletivo até 15 de dezembro, a distribuição das 42 horas em cinco jornadas de até 8 horas e 24 minutos, sem pagamento de horas extras pelos 24 minutos excedentes. Deixa em aberto, a critério do Congresso regulamentar, regimes diferenciados para micro e pequenas empresas.

O descanso não pode ser tratado como uma dívida do trabalhador com a empresa a ser paga quando a produção permitir. Descansar é ter tempo garantido para recuperar a energia, cuidar da família, estudar, conviver e viver.

NÃO É O STF QUE DEVE DECIDIR QUANDO O TRABALHADOR DESCANSA

A decisão de Dino abre uma brecha perigosa que pode desvirtuar uma conquista histórica, criando uma modalidade de banco de horas disfarçado, fazendo com que o direito a duas folgas seja transformado em negociação permanente. Ele se baseou numa armadilha contida na própria emenda, que já previa a possibilidade de compensação por negociação coletiva.

O governo tem grande responsabilidade nessa situação. Sua demora deixou questões importantes sem regulamentação e abriu espaço para que a aplicação da emenda fosse disputada sob pressão das entidades patronais e do STF.

Não podemos deixar nas mãos de um STF atolado em denúncias de favorecimento e corrupção a definição sobre a concretização de um direito conquistado com tanta luta.

À LUTA

Nenhum recuo na 6x1, nenhum ajuste fiscal!

A classe trabalhadora esteve nas ruas para barrar o tesouraço nas áreas sociais, combater a proposta de pagamento por horas trabalhadas e assegurar o fim da escala 6×1. Foi a mobilização que obrigou o Congresso a aprovar.

Lula foi eleito com essa força das ruas, mas segue governando com um programa de conciliação com a burguesia. Quando os interesses dos trabalhadores entram em choque com os do

mercado, o governo busca preservar essa conciliação, seja pela omissão, seja pela lógica da ameaça de um ataque maior da extrema direita para justificar medidas que prejudicam os trabalhadores.

Nossa luta não terminou com a aprovação da emenda, que está sob ameaça, não podemos deixar sua aplicação nas mãos dos de cima. Precisamos garantir dois dias de descanso efetivos e consecutivos, sem intensificação do ritmo de trabalho e sem redução salarial ou de direitos.

NEM POR CANETADA DO STF NEM ESPERANDO DECRETO DE LULA: É HORA DE MOBILIZAR!

Os sindicatos precisam convocar assembleias, organizar os trabalhadores pela base e construir campanhas e negociações que impeçam a flexibilização dos descansos. As iniciativas impulsionadas pela CSP-Conlutas, pelo Sindicato da Construção Civil de Belém e pelo Sindicato de Metalúrgicos de São José dos Campos, mobilizando as bases, para estabelecer por acordo coletivo o direito às folgas, à organização das escalas e à efetivação da 5×2, devem ser massificadas.

Além disso, é necessário voltar às ruas. O movimento Vida Além do Trabalho (VAT) convocou um protesto nacional para 10 de dezembro. Construiremos fortemente a mobilização, mas este chamado não pode virar um blefe para pressionar o governo e depois ser desmarcado na última hora. Isso desmobiliza os trabalhadores e transfere para os de cima o destino da nossa luta.

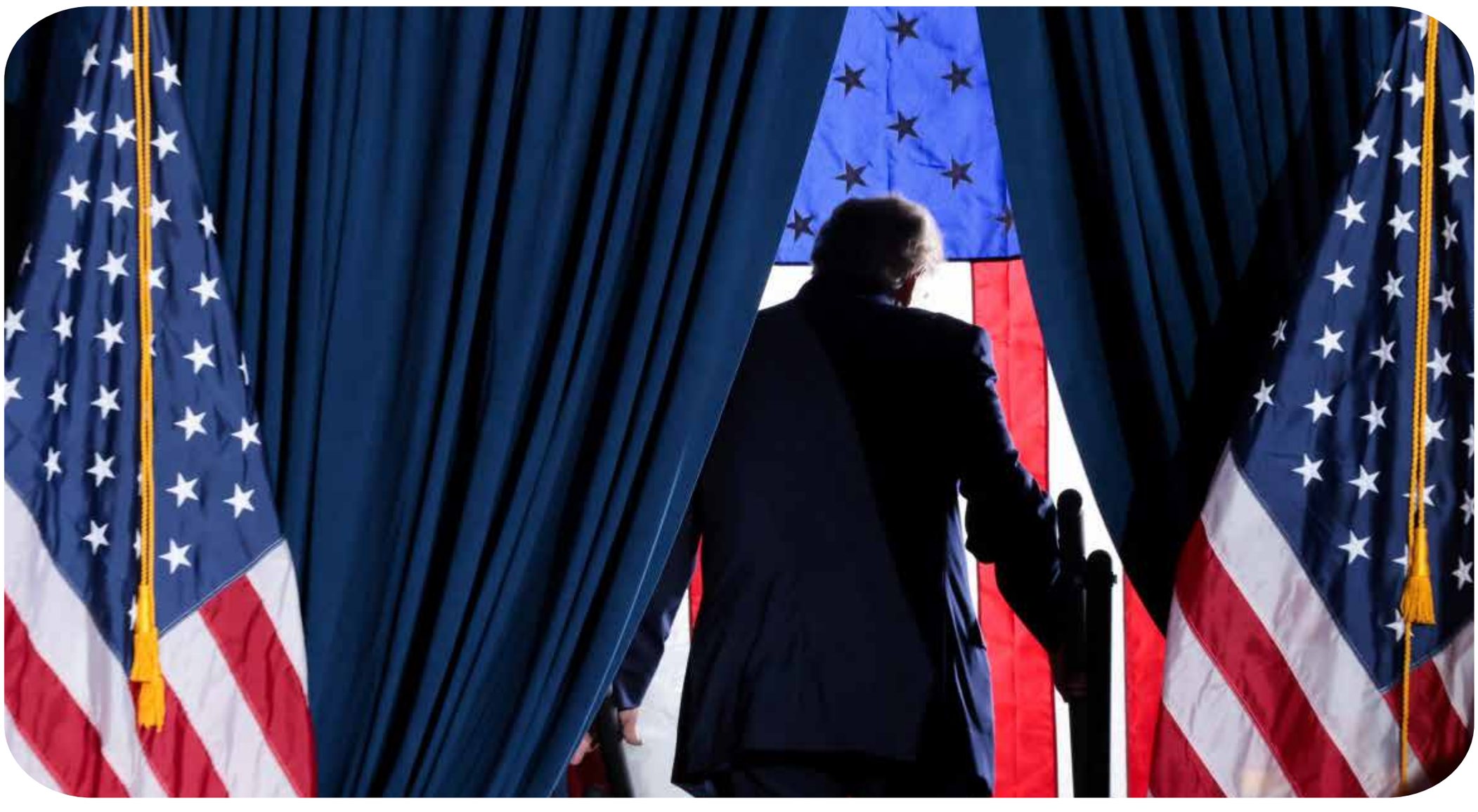
Arrancado pela luta, não podemos permitir que o fim da 6×1 seja esvaziado por acordos, decisões judiciais ou manobras do governo! E seguimos exigindo que valha para todos, com a revogação da reforma trabalhista e da lei das terceirizações, o combate à pejotização e às formas precárias de contratação e direitos iguais para todos os trabalhadores. ■

Os sindicatos precisam convocar assembleias, organizar os trabalhadores pela base e construir campanhas e negociações que impeçam a flexibilização dos descansos.

ESTADOS UNIDOS

Eleições de meio de mandato refletiram ampla rejeição à agenda de Trump

JOHN PRIETO,
DA LIT-QI



Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Fonte: reprodução

As eleições de meio de mandato nos Estados Unidos, em 3 de novembro, resultaram numa rejeição retumbante ao governo Trump, em particular à sua desastrosa guerra contra o Irã e suas consequências econômicas.

A participação eleitoral atingiu níveis quase recordes para uma eleição de meio de mandato. O eleitorado foi mais jovem e teve maior presença da classe trabalhadora do que em eleições de meio de mandato anteriores, incluindo mais pessoas das comunidades afro-americanas e latinas. O aumento do voto afro-americano no Sul foi particularmente notável, especialmente ao considerar-se que os eleitores tiveram que superar a redistribuição dos distritos eleitorais e outras medidas republicanas para conter o voto.

A alta participação eleitoral deveu-se em parte aos eventos do ano anterior, quando milhões de pessoas participaram de protestos de rua para rechaçar a violenta repressão do governo contra imigrantes, seus ataques aos meios de subsistência dos trabalhadores, seu apoio às guerras genocidas de Israel e sua corrupção flagrante. Nas semanas que antecederam a eleição, manifestantes pró-democracia no Sul, liderados por estudantes afro-americanos, organizaram marchas até os locais de votação para confrontar as ameaças do governo Trump ao direito de voto.

De acordo com as pesquisas de boca de urna da NBC News, 44% dos eleitores disseram que seu voto tinha como objetivo expressar oposição a Donald Trump; 54% disseram que desaprovam fortemente Donald Trump; 66% disseram que ele piorou as condições econômicas; e 89% disseram que o custo de vida foi um fator crucial ou importante em sua decisão de voto. Esses são números desastrosos para um governo no poder, e o resultado foi uma derrota esmagadora, diferente de tudo visto nos Estados Unidos desde Watergate.

66% dos eleitores disseram que Trump piorou as condições econômicas; e 89% disseram que o custo de vida foi um fator crucial ou importante em sua decisão de voto.

TRUMP REAGE

É perfeitamente racional que os trabalhadores estejam satisfeitos com a queda deste governo, que piorou de forma tão flagrante suas vidas e expôs, para todos verem, a corrupção e o autoritarismo descarado de Trump e seus aliados a serviço de seus doadores bilionários. Infelizmente, o alívio da angústia deste período que muitas pessoas sentem ter conquistado provavelmente será superficial e de curta duração.

Trump e seus comparsas na Casa Branca já demonstraram que pretendem renovar suas políticas racistas e reacionárias. Isso ficou evidente quando Trump nomeou o supremacista branco e chauvinista Stephen Miller como chefe de gabinete. Miller é um dos principais arquitetos da repressão do governo contra imigrantes e dos ataques à Venezuela e a barcos de pesca no Caribe sob o pretexto da guerra às drogas.

É em mais um sinal de que Trump busca manter uma postura intransigente em suas políticas, sem qualquer indicação de compromisso, ele excluiu o vice-presidente Vance das negociações com o Irã e o designou para investigar supostos casos de corrupção em cidades governadas por Democratas. Isso ocorreu depois que Vance mencionou que a guerra contra o Irã foi um fator importante na derrota eleitoral dos Republicanos.

Trump e seus comparsas na Casa Branca já demonstraram que pretendem renovar suas políticas racistas e reacionárias.

NENHUMA CONFIANÇA NOS DEMOCRATAS

Apesar da "onda azul" no dia da eleição, parece óbvio que a maioria dos trabalhadores não tem grandes expectativas de que o Partido Democrata seja um contrapeso eficaz a Trump nem que seja capaz de cumprir as promessas de seus próprios candidatos de elevar o padrão de vida, fornecer assistência médica de qualidade e acabar com as guerras no Oriente Médio. As mesmas pesquisas de boca de urna que mostraram uma rejeição histórica a Trump revelaram que apenas 47% têm opinião favorável do Partido Democrata.

O que aconteceu em 3 de novembro não foi um apoio retumbante ao Partido Democrata, mas sim uma mensagem direcionada especificamente a Trump e aos Republicanos. Essa desconfiança é bem fundamentada; como dissemos em agosto, "a lista de crimes cometidos pelo Partido Democrata é longa demais para ser enumerada".

Esses são os autores desses inúmeros crimes: Hakeem Jeffries e Chuck Schumer, o provável próximo presidente da Câmara dos Representantes e o líder da maioria no Senado respectivamente. Ambos são subservientes ao AIPAC, aos oligarcas das grandes empresas de tecnologia e ao Serviço de Imigração e Alfândega dos Estados Unidos (ICE). Hakeem Jeffries fez declarações conciliatórias que muitos interpretaram como falta de vontade de investigar e processar casos de corrupção. Isso ocorre depois de um encontro privado em agosto com Jared Kushner, um dos rostos mais proeminentes da corrupção no governo Trump. Schumer declarou notoriamente que seu trabalho "é lutar por Israel".

As mudanças dessa eleição de meio de mandato demonstram que o que as pessoas anseiam não virá dos gestores intermediários do imperialismo. Opõem-se aos próprios fundamentos das promessas feitas pelos candidatos democratas que venceram em todo o país.

OS "POLICIAIS BONS" DO CAPITAL

Da Carolina do Sul ao Texas, os candidatos que venceram nesses estados "vermelhos" geralmente fizeram campanha com base em uma plataforma de populismo econômico destinada a combater o empobrecimento muito real das massas. No Texas, James Talarico encerrou sua campanha atacando diretamente Elon Musk como um oligarca que tenta comprar o Texas.

No Mississippi, provavelmente uma das maiores surpresas da eleição, o democrata Scott Colom fez campanha com uma mensagem de acessibilidade, com um anúncio viral que capitalizou em um momento em que sua oponente, a senadora Cindy Hyde-Smith, disse aos trabalhadores para "escolherem outra proteína" em resposta a uma pergunta sobre o aumento dos preços da carne bovina.

Sabemos, no entanto, que o Partido Democrata também está sujeito aos mesmos interesses econômicos que os Republicanos. Os setores de criptomoedas, inteligência artificial, jogos de azar e imobiliário contribuíram com somas enormes durante este ciclo eleitoral e, embora os maiores doadores individuais ainda tendam a apoiar os Republicanos, os dados mostram que os Democratas recebem financiamento dos mesmos

interesses financeiros consolidados e grupos de lobby da indústria.

Só porque é o partido do “bom policial” do capital, não significa que não seja um partido do capital. Na melhor das hipóteses, os Democratas farão ajustes superficiais e pequenas reformas, como sempre fizeram, mas mudanças reais e fundamentais em nossa sociedade exploradora e opressora não virão deles.

Além disso, devemos ter cautela ao interpretar isso como uma vitória do progressismo em geral. Embora as mensagens populistas tenham sido bem-sucedidas e muitos candidatos tenham adotado uma oposição aos bilionários, ao estilo de Bernie Sanders, os candidatos democratas, na melhor das hipóteses, permaneceram em silêncio sobre a questão dos direitos das pessoas transgênero. Os Republicanos gastaram mais de US$ 150 milhões em anúncios atacando pessoas transgênero e reviveram a antiga estratégia de tentar usar medidas eleitorais antilgbti+ para aumentar a participação de eleitores conservadores e evangélicos. Em 3 de novembro, cinco estados colocaram em votação medidas contra pessoas transgênero, e quatro deles as aprovaram.

Vários candidatos democratas que venceram suas eleições fizeram campanha contra a proteção dos direitos das pessoas trans. Isso ficou especialmente evidente em Iowa, onde candidatos a governador, senador e a duas cadeiras no Congresso proclamaram em alto e bom som sua concordância com os Republicanos sobre a chamada “ideologia de gênero”. Há um

público que defende essas posições reacionárias, e não se pode confiar que os Democratas vão se posicionar e lutar pelo que é certo. Eles preferem evitar o debate a enfrentar a reação negativa e defender nossos irmãos e irmãs trans e LGBTI+.

O Partido Democrata também está sujeito aos mesmos interesses econômicos dos Republicanos

POR UMA REAL ALTERNATIVA DA CLASSE TRABALHADORA

O que a classe trabalhadora em todo o país quer é uma alternativa real. Quer uma alternativa à miséria diária do aumento dos preços e da queda dos salários, à brutalidade e desumanidade do regime de imigração, à destruição sem sentido causada pelo imperialismo e à pilhagem voraz de nossos governantes corporativos. O caminho para essa alternativa não passa pelas eleições de meio de mandato ou pelo Partido Democrata.

Enquanto não pararmos de depender de políticos e ONGs comprados e pagos, e não começarmos a confiar em nós mesmos e a criar nossas próprias instituições democráticas de massa, o sentimento que muitos experimentaram após as eleições de meio de mandato permanecerá apenas como um breve alívio dos piores excessos da classe capitalista.

O caminho para uma verdadeira alternativa passa por movimentos democráticos de massa, nos quais trabalhadores e trabalhadoras decidam de formas coletiva o que querem e lutem por isso

com base em seu próprio poder. Isso exigirá a construção de coalizões de massa nas quais as pessoas e uma ampla gama de organizações possam trabalhar juntas para alcançar mudanças sociais significativas.

Milhões de pessoas mostraram o caminho no início deste ano, marchando nas ruas por direitos democráticos e contra as batidas policiais contra imigrantes. Mais recentemente, os protestos contra data centers tiveram grande repercussão em milhares de comunidades. E, ainda mais impactante, as manifestações e greves em massa na França, Espanha e muitos outros países europeus serviram de modelo para como os movimentos de protesto de rua podem se mobilizar junto à população e se transformar em grandes movimentos que abalam nações inteiras.■

O caminho para uma verdadeira alternativa passa por movimentos democráticos de massa

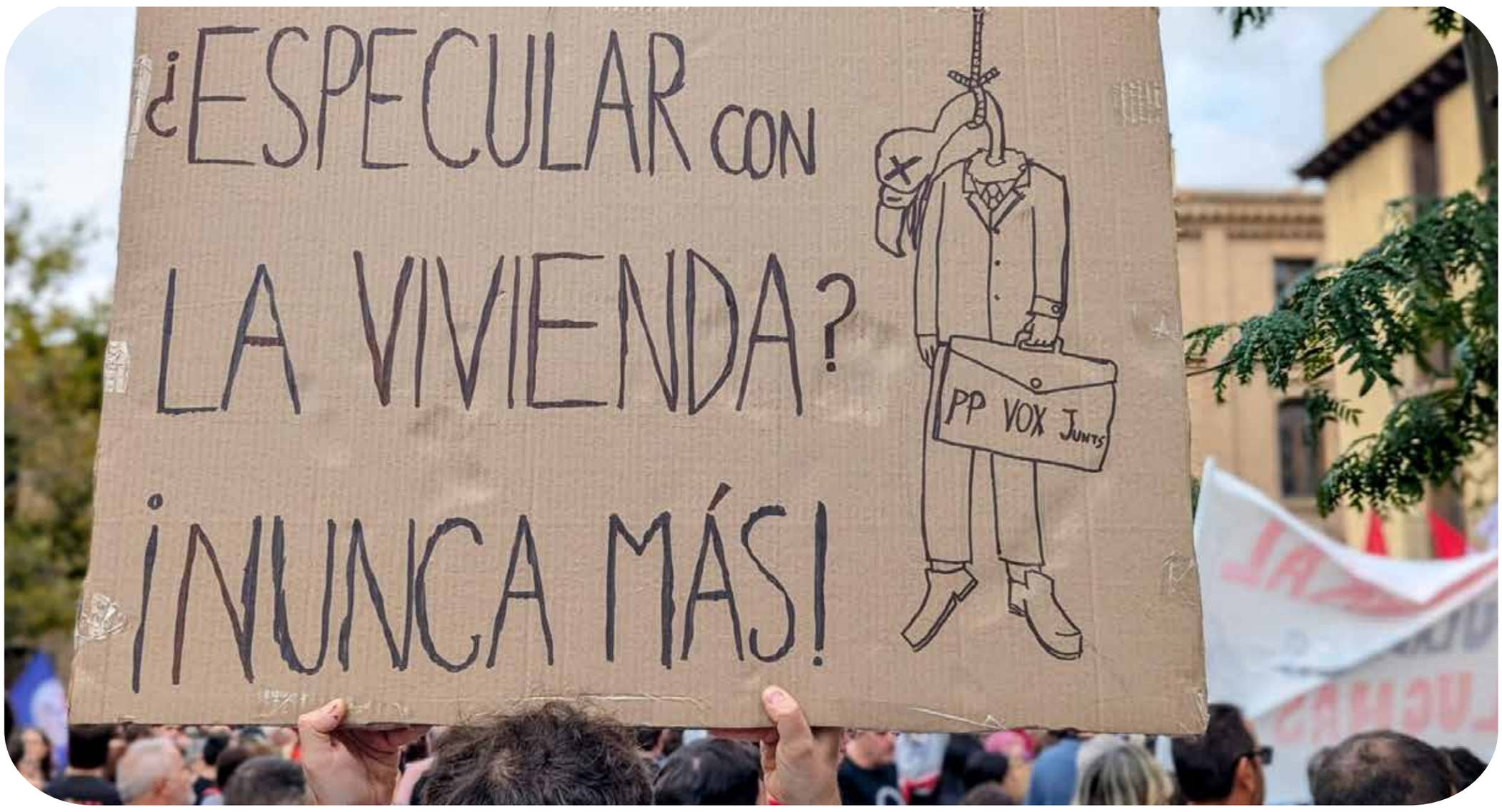


Manifestação nos EUA contra a política anti-imigratória de Trump

EUROPA EM EBULIÇÃO

A greve geral na Espanha e o despertar das lutas sociais contra a crise capitalista

HERBERT CLAROS,
DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)



Manifestação em Zaragoza, Espanha. Foto: Iker G. Izagirre / AraInfo

A indignação contra o custo de vida, os aluguéis abusivos, a precarização do trabalho e os ataques aos serviços públicos colocam a classe trabalhadora e a juventude europeias nas ruas. É necessário transformar a resistência social em uma alternativa política independente dos governos e dos interesses do capital.

Milhares de trabalhadores, jovens, estudantes, aposentados e movimentos populares estão ocupando as ruas contra o aumento do custo de vida, a crise habitacional, a precarização do trabalho e a deterioração dos serviços públicos. Embora com características e reivindicações particulares em cada país, a situação expressa contradições comuns de uma sociedade na qual os interesses do mercado e da acumulação

capitalista se sobrepõem às necessidades mais elementares da população.

“SALÁRIOS, MORADIA E PREÇOS”

Nesse cenário, a greve geral realizada na Espanha em 11 de novembro representa um acontecimento político e sindical de grande importância, sobretudo pela articulação entre a luta por moradia e a mobilização dos trabalhadores. Nesse dia, Espanha viveu sua primeira greve geral nacional desde 2012, convocada em conjunto pelas organizações sindicais do país, CGT, Sindicato de Inquilinas e forçou as centrais burocráticas CCOO e UGT a se somarem.

A mobilização teve como principais reivindicações a defesa do poder aquisitivo, o aumento dos salários e o enfrentamento da crise habitacional. Sob a palavra de ordem “Salários, moradia e preços”, a mobilização colocou em evidência uma contradição fundamental: trabalhar já não significa necessariamente conseguir viver com dignidade.

A greve foi impulsionada também pelo Sindicato das Inquilinas e pelas organizações de luta por moradia. Um dos acontecimentos que alimentaram a indignação popular foi o despejo de Maricarmen Abascal, uma mulher de 87 anos que viveu por sete décadas no mesmo apartamento em Madri. O caso tornou-se símbolo da insegurança habitacional enfrentada por milhares de famílias.

Milhões de inquilinos espanhóis comprometem uma parcela superior a 30% de sua renda com o aluguel. Para um conjunto crescente da juventude e da classe trabalhadora, constituir família ou

simplesmente permanecer nas cidades onde trabalha tornou-se cada vez mais difícil.

A greve atingiu setores industriais, portos, transportes e centros de distribuição. Houve importantes paralisações em fábricas automobilísticas, bloqueios de estradas e manifestações em diferentes cidades. A mobilização demonstrou a capacidade de transformar uma reivindicação inicialmente associada aos inquilinos em uma pauta nacional da classe trabalhadora.

PROPRIEDADE EM QUESTÃO

O mais importante desse processo é que a luta por moradia deixou de ser tratada como um problema individual de cada família e passou a ser apresentada como uma questão social e política.

Afinal, como pode um trabalhador produzir riqueza, cumprir jornadas exaustivas e, ao final do mês, não conseguir pagar o aluguel? Como pode uma sociedade possuir recursos, tecnologia e capacidade produtiva suficientes e, ao mesmo tempo, condenar milhões de pessoas à insegurança habitacional? A crise habitacional espanhola revela os limites de uma sociedade submetida à lógica da propriedade privada e da especulação imobiliária.

O crescimento do turismo, a expansão dos aluguéis de curta duração, a atuação dos fundos de investimento e a concentração de propriedades contribuem para pressionar os preços e expulsar trabalhadores de regiões centrais e de seus próprios bairros. A moradia, que deveria ser um direito social fundamental,

transforma-se em ativo financeiro e instrumento de valorização do capital.

Uma perspectiva marxista precisa ir além da reivindicação de medidas pontuais de controle dos aluguéis. É necessário questionar quem controla a terra, os imóveis, o crédito e os recursos destinados à construção de habitações.

A defesa de um amplo programa de moradia pública, de qualidade e com aluguel social, a expropriação de imóveis mantidos vazios para fins especulativos, o combate aos despejos e a destinação de terrenos públicos à construção de moradias populares são reivindicações que podem mobilizar amplos setores da população.

Mas essas medidas também colocam uma questão política fundamental: quem deve decidir a utilização da riqueza social: os interesses privados dos grandes proprietários e investidores ou as necessidades da maioria trabalhadora?

A luta por moradia deixou de ser um problema e passou a ser uma questão social e política

PORTUGAL

A indignação também ocupa as ruas

A Espanha não está sozinha. Em Portugal, a crise habitacional também provocou uma onda crescente de mobilizações. No dia 14 de novembro, dezenas de milhares de pessoas participaram de

manifestações em mais de 30 cidades, incluindo Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Faro.

Organizadas pela plataforma Casa Para Viver, as manifestações exigiram controle dos aumentos dos aluguéis, maior proteção contra despejos e ampliação da oferta de habitação acessível.

O movimento reúne aproximadamente uma centena de associações e organizações de base. A insatisfação é alimentada pela disparada dos preços dos imóveis e dos aluguéis, que avançaram muito mais rápido que os rendimentos da população.



Protesto em Portugal por moradia. Foto: Em Luta.

Segundo dados divulgados pelo Eurostat, Portugal registrou entre 2015 e 2025 o maior aumento da relação entre os preços das habitações e a renda familiar entre os países da União Europeia. A mobilização portuguesa também denuncia as medidas do governo que flexibilizam os contratos de aluguel e facilitam os procedimentos de despejo.

A aproximação entre as mobilizações portuguesas e espanholas aponta para uma possibilidade

importante: a construção de uma articulação internacional da luta pelo direito à moradia.

FRANÇA

Juventude e trabalhadores nas ruas há mais de dois meses

Na França, a onda de protestos também ganha força a cada semana. As mobilizações reúnem estudantes, movimentos juvenis, trabalhadores, sindicatos e setores ligados ao movimento dos Coletes Amarelos (*Gilets Jaunes*). As reivindicações envolvem o aumento do custo de vida, os baixos salários, a precarização da educação pública, a violência policial e os cortes nos serviços públicos.

Em 17 de novembro, mais de 500 mil pessoas participaram de manifestações em diferentes regiões do país. Também foi um dia de greve geral dos funcionários públicos.

A juventude ocupa um lugar importante nesse processo. Os protestos estudantis e os bloqueios de escolas expressam o descontentamento de uma geração que enfrenta dificuldades para encontrar emprego estável, conquistar moradia e construir perspectivas de futuro.

A repressão policial e as restrições às manifestações também passaram a integrar o centro das denúncias dos movimentos.

RESISTÊNCIA

Uma onda de mobilizações que ultrapassa as fronteiras nacionais



Greve Geral do dia 11 de novembro na Espanha

Os acontecimentos em Espanha, Portugal e França fazem parte de um cenário mais amplo de tensões sociais no continente.

Na Itália, foi convocada uma greve geral para 20 de novembro, em meio às mobilizações contra o aumento do custo de vida e a crise energética.

Na Bélgica, na Espanha, em Portugal e em outros países, os protestos expressam preocupações comuns com o poder de compra, o preço da energia, a habitação e a deterioração das condições de vida.

A inflação, o preço da energia, a especulação imobiliária, a precarização dos contratos de trabalho e os ataques aos serviços públicos atingem a classe trabalhadora em diferentes países.

Ao mesmo tempo, os governos europeus seguem administrando as contradições do sistema sem alterar suas bases fundamentais. As políticas de austeridade, os incentivos ao capital privado e a transferência dos custos das crises para os trabalhadores continuam presentes, ainda que de formas diferentes em cada país.

A NECESSIDADE DE UMA ALTERNATIVA DE CLASSE E INTERNACIONALISTA

As mobilizações possuem enorme importância e elas expressam a disposição de luta de setores que muitas vezes não encontram representação nas estruturas sindicais tradicionais. Entretanto, a experiência histórica demonstra que a disposição de ocupar as ruas, por si só, não garante conquistas duradouras.

É necessário construir organizações de base nos locais de trabalho, nos bairros, nas escolas e nas universidades, com assembleias democráticas, coordenação entre os movimentos e participação direta dos trabalhadores. Os sindicatos precisam assumir um papel ativo, superando o economicismo e o corporativismo e incorporando as reivindicações sociais que afetam a vida da classe trabalhadora.

A greve geral espanhola oferece uma experiência importante nesse sentido. A aproximação entre sindicatos e organizações por moradia permitiu que uma reivindicação social ultrapassasse os limites de um movimento específico e alcançasse dimensão nacional.

Essas lutas ainda apresentam diferenças de organização, consciência e programa. Não se

pode afirmar que já exista um movimento revolucionário europeu unificado. Mas há sinais concretos de uma disposição de resistência que merece ser acompanhada, fortalecida e articulada.

É preciso defender a independência política dos trabalhadores diante dos governos, dos partidos burgueses e das instituições que procuram conter as mobilizações. Isso não significa ignorar as reivindicações imediatas. Ao contrário: significa lutar por todas as conquistas, ao mesmo tempo em que se constrói uma perspectiva socialista. ■

**Herbert Claros é metalúrgico da Embraer e relações internacionais da CSP-Conlutas.*

BANCO DO BRASIL

Grandes produtores rurais dão calote bilionário

DA REDAÇÃO



Fonte: reprodução

Indo na contramão das demais instituições financeiras do país, a direção do Banco do Brasil revelou, no último dia doze, um tombo em seus resultados do terceiro trimestre deste ano. O balanço no período mostrou uma queda de 65,5% no lucro, enquanto bancos como o Nubank e o BTG Pactual registraram lucros recordes.

O recuo no lucro do BB derrubou o valor de mercado da instituição. A presidente Tarciana Medeiros, com essa batata quente na mão, ficou sem opção que não fosse revelar de onde vinha o rombo: o agronegócio se recusou a pagar ou nem sequer negociar suas dívidas.

Segundo a direção do banco, a inadimplência se concentra em grandes produtores rurais do Centro-Oeste, dos setores de soja, milho e

pecuária. Ainda de acordo com a instituição, a grande maioria dos caloteiros, 85%, passaram a atrasar os pagamentos a partir de 2024, apesar de uma série de recursos e medidas provisórias, como a MP 1.376, que garante subsídios e prazos que chegam a dez anos.

CRISE OU SAFADEZA?

Entidades do agro, como a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil) reagiram com indignação à fala da presidente do banco. O setor cita de crises geopolíticas a juros asfixiantes, agravados pelo desequilíbrio das contas públicas. Ou seja, um dos setores da burguesia mais privilegiados do país afirma não pagar suas dívidas por conta de, entre outras coisas, o Bolsa Família.

Se é verdade que houve um significativo aumento nos juros em relação aos anos de 2020 a 2022, e a queda no preço das commodities, como a soja, também é verdade que o governo Lula garantiu um Plano Safra recorde de R$ 622,4 bilhões para os anos de 2026 e 2027. Destes, R$ 525 bilhões vão só para o grande agronegócio. O próprio banco relata que o crédito ao agro cresceu de R$ 192 bilhões, em 2020, para R$ 404 bilhões hoje, representando 30% na carteira de crédito da instituição.

E não foi que essa gente ficou sem dinheiro para pagar. O banco os procurou para negociar e eles simplesmente disseram: devo, não nego, pago quando puder (ou quiser). Simples assim.

A realidade é que parte dos caloteiros, concentrados nos estados do Mato Grosso e Mato

Grosso do Sul, esperavam a vitória de Flávio Bolsonaro e sua promessa de renegociar as dívidas, desde a securitização dos compromissos, ou até mesmo um perdão. Certo é que o agro já vem se acostumando, inclusive com o governo Lula, a esperar pela próxima renegociação, sempre mais vantajosa.

O pior é que esse calote bilionário já estava previsto. Em maio, um relatório do BTG já identificava aumento na inadimplência, esperando justamente o resultado eleitoral.

Caloteiros são um pequeno grupo de grandes produtores rurais do Centro-Oeste, dos setores da soja, milho e pecuária.

LUCRO PRIVADO, PREJUÍZO PÚBLICO

Imagina o que acontece se você deixar de pagar a conta do cartão de crédito, o financiamento de uma casa, um carro ou uma moto. Certamente o banco não virá, ano após ano, oferecer descontos, subsídios e prazos cada vez mais extensos. Pois é isso o que acontece com o grande agronegócio, cuja taxa de inadimplência é quatro vezes maior que a da agricultura familiar.

Quem paga a conta dos grandes caloteiros somos todos nós. Um banco público, que deveria servir para financiar a classe trabalhadora, a população mais pobre e o desenvolvimento do país, atua para encher os bolsos de meia dúzia de grandes produtores rurais, que, além de tudo, nem

produzem para o mercado interno, mas para exportação. Eles embolsam os lucros, enquanto socializam os prejuízos.

EXPROPRIAÇÃO DOS CALOTEIROS JÁ!

Esse escândalo demonstra a grande falácia de que o agro carrega o país nas costas. Na verdade, é o povo quem sustenta essa dúzia de parasitas, que se beneficiam de subsídios bilionários, pegam dinheiro de banco público e, de forma intencional, não pagam.

O mínimo que o governo Lula deveria fazer é expropriar já os grandes caloteiros, colocando essas terras para a reforma agrária. E acabar de uma vez com essa farra de privilégios, direcionando os recursos que hoje subsidiam a grande monocultura para exportação para os pequenos produtores rurais.

CHEGA DE PRIVILÉGIOS

Cobrar a dívida do agro e perdoar a dos trabalhadores

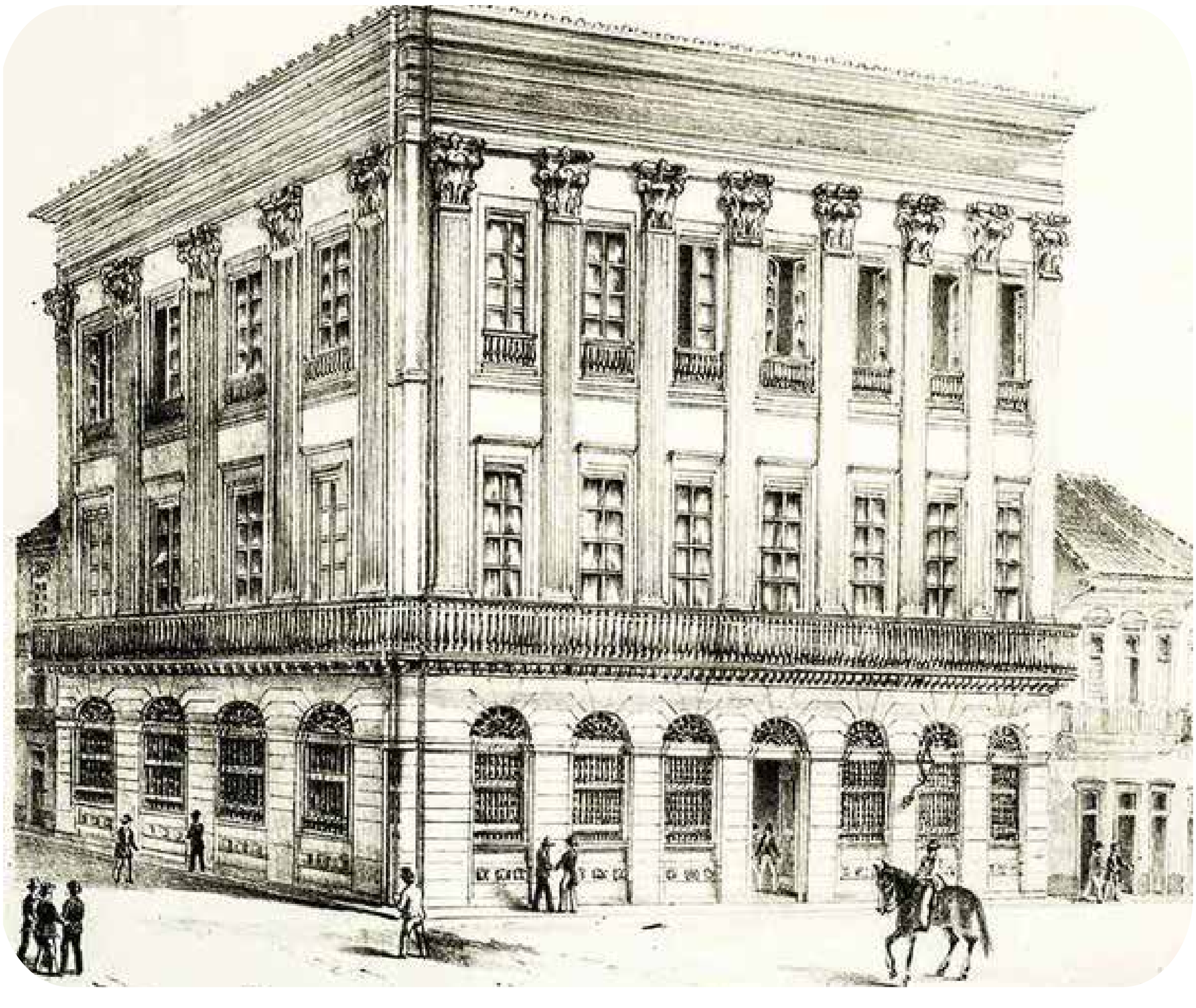
Enquanto o agronegócio recebe bilhões em subsídios e dá calote em banco público, mais de 80% das famílias brasileiras estão endividadas. E, diferente dos grandes produtores rurais, não porque querem, mas porque os salários não chegam ao fim do mês.

É preciso cobrar as dívidas do agro, acabar com os privilégios e perdoar as dívidas dos milhões de trabalhadores que, esses sim, são vítimas dos juros, da inflação e da corrosão da renda.■

REPARAÇÃO HISTÓRICA JÁ!

Banco do Brasil tem que pagar pelo crime que cometeu

HERTZ DIAS,
EX-CANDIDATO À PRESIDÊNCIA PELO PSTU



Edifício que entre 1854 e 1926 abrigou a sede do Banco do Brasil, na Rua da Alfândega, no Rio de Janeiro (Pieter Gotfred Bertichen/Brasiliana Iconográfica)
Fonte: Agência Senado

Recentemente, a ONU foi obrigada a reconhecer que a escravidão africana foi o maior crime da história da humanidade. Apenas EUA, Israel e Argentina votaram contra o reconhecimento. Porém, quando o assunto foi reparação, 52 países se abstiveram. É como um criminoso que assume o crime, mas se nega a pagar por ele. Só que aqui não se trata de um crime qualquer. Trata-se de um crime de lesa-humanidade, de um holocausto.

É nesse escopo que entra o Banco do Brasil, identificado por quatorze historiadores de onze

universidades brasileiras como o maior financiador do tráfico de africanos escravizados. O capital do BB ajudou a transformar centenas de milhares de seres humanos em “objetos falantes” e a desestruturar centenas de milhares de famílias e sociedades africanas.

Homens e mulheres não só foram arrancados de suas famílias e comunidades, como tiveram suas vidas arrancadas precocemente. Muitos morreram nos porões dos navios tumbeiros ou tombaram nos canaviais.

Parte expressiva do capital do BB veio do tráfico e da escravidão. Seria impossível pensar o Brasil escravocrata, de 1808, ano de fundação do BB, a 1888, ano da abolição da escravidão, sem essa instituição bancária.

O BB não só financiou o tráfico, como foi refundado em 1853 para lavar capital vindo do tráfico ilegal de escravos ocorridos entre os anos de 1831 e 1850.

BANCO DO BRASIL CONFESSOU, MAS NÃO QUER REPARAR

Antes mesmo de a ONU reconhecer a escravidão como crime histórico, o Ministério Público Federal já havia notificado o BB. A direção do banco reconheceu sua participação não como mula, mas como torre. Mas, tal como os imperialistas da ONU, não se dispôs a reparar os descendentes dos escravizados. Apresentou uma proposta tão ridícula que parece que o crime que cometeu foi furtar galinha no quintal alheio.

O MPF rejeitou o insulto e abriu consulta pública para que entidades do movimento negro

apresentassem propostas. O Movimento Quilombo Raça e Classe (MNQRC) apresentou uma carta-programa com fundamentação teórica, histórica e política que até o MPF aplaudiu. Mas a direção do BB está tentando fazer com esse documento o mesmo que a Conferência de Durban fez com a política de reparação: engavetar.

PEC DO AJUSTÃO MAIS PEC DA ENGANAÇÃO VERSUS POLÍTICA DE REPARAÇÃO

Quem menos anda, voa. Enquanto o MPF, o MNQRC e outras entidades realizavam audiências públicas sobre o tema, o deputado Damião Feliciano (União Brasil), apresentava a PEC 27/2024, batizada por ele de PEC da Reparação. A proposta cria um fundo de R$ 20 bilhões em vinte anos para “reparar” mais de 100 milhões de afro-brasileiros.

Feitas as contas, daria menos de R$ 1 por mês para cada negro deste país. Os parlamentares negros do PSOL, do PT e do PCdoB, que nunca se pronunciaram sobre a carta-programa do Quilombo Raça e Classe, são os mesmos que abraçaram a PEC de Damião Feliciano e viajaram o país vendendo para a militância negra uma “PEC gato” como se fosse “PEC lebre”. Vinda da direita, essa distorção é compreensível, jamais aceitável. Vinda do reformismo, é a prova cabal de que nem pautas democráticas essa gente consegue defender mais.

POR QUE ELES FAZEM ISSO?

O maior acionista do Banco do Brasil é o governo Lula. Esses parlamentares são governo. E, sendo governo, querem tirar o foco da pressão negra

sobre o BB e sobre o governo do qual fazem parte. Para isso, vale vender gato por lebre.

Um ponto central da carta-programa do MNQRC é inverter a política do BB: em vez de financiar o agro com bilhões, focar na reforma agrária, na titulação dos territórios quilombolas, na demarcação das terras indígenas e em moradias populares a custo zero. Esses parlamentares, ao contrário, ajudam a preservar a hegemonia do agronegócio sobre o financiamento do BB. Assim, ajudam o BB a seguir impune e, pior, financiando os herdeiros dos senhores de escravos, que é o setor do agro. Lula quer ajuste fiscal. Nós queremos política de reparação.

O Banco do Brasil foi identificado por quatorze historiadores de onze universidades brasileiras como o maior financiador do tráfico de africanos escravizados.

ÀS RUAS

A saída é a mobilização independente

Em pleno Novembro Negro, a retribuição do governo Lula aos negros e negras que saíram às ruas aos milhões para derrotar Flávio Bolsonaro foi anunciar um ajuste fiscal que pode cortar até R$ 60 bilhões, incluindo recursos da saúde e da educação, para aumentar a transferência de verbas públicas para os acionistas que compram títulos da dívida

pública. Porém a reação nas redes e nas ruas foi imediata. Foi um recado para Lula e sua Frente Ampla.

Tanto a reparação do BB, que só será possível com sua estatização, quanto a derrota dos ataques do governo Lula à classe trabalhadora e ao povo negro vão depender da manutenção e ampliação das mobilizações iniciadas no segundo turno. O grande dilema é: para Lula implementar seu programa social-liberal, as ruas terão que ser esvaziadas. Já a reparação só se transformará em realidade se as ruas derem o tom da luta.■

NOVEMBRO NEGRO

Periferias na luta por reparação, contra redução da maioridade e o capitalismo!

SECRETARIA NACIONAL
DE NEGRAS E NEGROS DO PSTU

O Novembro Negro é um momento de fortalecer a luta contra o racismo, o preconceito, as desigualdades e o genocídio da juventude negra, em especial nas favelas e periferias.

O Dia da Consciência Negra homenageia a resistência de Zumbi e Dandara, principais líderes do Quilombo dos Palmares. Em 1695, Zumbi foi assassinado pelas forças militares do Estado brasileiro para conter o avanço da resistência quilombola contra a escravidão das pessoas sequestradas do continente africano.

ais que celebrar nossa história e cultura, é hora de fortalecer a organização popular, ocupar as ruas e os territórios e exigir reparação histórica pela escravidão, fim do feminicídio, do transfeminicídio, do genocídio da juventude negra e lutar contra a redução da maioridade penal e o capitalismo.

EXTREMA DIREITA FOI DERROTADA NAS ELEIÇÕES, MAS A LUTA CONTINUA!

A mobilização da classe trabalhadora, em especial da população negra e da juventude, foi decisiva para barrar o retorno do bolsonarismo ao governo, com seus ataques aos direitos e às liberdades democráticas que restam. Mas a extrema direita segue organizada, disseminando racismo,

machismo e lgbtfobia, com o apoio de Trump e sua política de saque imperialista.

Também não podemos dar um cheque em branco ao governo Lula, com sua conciliação de classes, ajuste e arcabouço fiscal, que sacrificam investimentos em saúde, educação, moradia e políticas sociais para entregar os recursos públicos aos bancos e aos grandes empresários. Não foi para isso que o povo o elegeu. É fundamental mantermos nossa independência enquanto classe trabalhadora, junto com os mais pobres, além da mobilização nas ruas para defender direitos e enfrentar os ataques.



Dandara e Zumbi dos Palmares

Não vamos aceitar que a carne mais barata do mercado seja a carne negra!

- Emprego e aumento real dos salários para desempregados e desempregadas.

- Fim da terceirização, incorporando trabalhadores terceirizados como trabalhadores diretos.

- Redução da jornada para 36 horas semanais; aplicação imediata da escala 5×2.

- Isenção de impostos para MEI.
  Reparação da escravidão já!

A abolição da escravidão, em 1888, foi fruto da resistência quilombola e abolicionista, mas não garantiu terra, moradia ou trabalho. A escravidão acabou legalmente, mas as desigualdades permanecem. Não vamos ficar à margem da sociedade. Por isso, defendemos reparação histórica real pela escravidão.

PEC 27/2024 NÃO REPARA, ENGANA

Vinte bilhões em vinte anos não pagam a dívida que o Estado brasileiro tem com o povo negro e indígena

O Estado brasileiro tem que pagar o que deve. Vamos às ruas cobrar demarcação e titulação imediatas das terras indígenas e quilombolas, confisco das terras das empresas denunciadas por trabalho análogo à escravidão para destiná-las à reforma agrária sob controle desses trabalhadores e da população.

Exigimos moradia subsidiada para toda a população negra que mora em favelas e ocupações e que paga aluguel nas periferias, começando pelas mulheres. É preciso investir no SUS, na educação, na cultura e no lazer sem parcerias público-privadas.

DIGA NÃO!

PEC 32/2015: da morte e do encarceramento em massa, da direita e de Lula

A população negra e indígena são o principal alvo da violência, do racismo e dos assassinatos no Brasil. Mulheres negras representam 65,1% das vítimas de feminicídio em 2026. Homens negros são 77% das vítimas de homicídio, principalmente jovens de 15 a 29 anos.

A redução da maioridade penal de 18 para 16 anos não combate a criminalidade nem garante segurança. Ela amplia o encarceramento, atingindo sobretudo a juventude negra, pobre e periférica, a quem são negados o futuro e a vida.

Todos que cometem crimes devem pagar por eles. Comecemos pelos engravatados do crime organizado nos escritórios de luxo e nos palácios do Planalto, do Congresso e do STF; pelos governantes estaduais e municipais, das assembleias e câmaras legislativas, que, quando cometem crimes por meio de canetadas autorizadas, matam e condenam milhões de uma só vez, enquanto lucram com o sofrimento dos nossos.

A juventude precisa de casa, comida, educação, lazer, cultura, esporte e emprego. Balas não matam a fome, e prisões não são escolas!
A violência tem suas raízes na desigualdade social. Encarcerar adolescentes não resolve os problemas sociais. É preciso garantir condições para o futuro da juventude negra e periférica!

VAMOS ÀS MARCHAS DA PERIFERIA COM CONSCIÊNCIA DE RAÇA E CLASSE!

Neste 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, o PSTU, o Quilombo Raça e Classe e diversos movimentos, coletivos e organizações estarão nas Marchas da Periferia em todo o país. Vamos ocupar as ruas para denunciar o genocídio da população negra, o racismo, a violência policial, os feminicídios e a desigualdade que atinge as periferias.

Venha construir as brigadas por reparação histórica, unindo trabalhadores e juventude na luta contra o racismo, o feminicídio e o capitalismo. Reparação histórica da escravidão já!

* Vidas negras e indígenas importam!

* Por Dandara, Zumbi e todos que tombaram pela liberdade e em memória de Wilson Honório: Faremos Palmares de novo!

* Por uma sociedade socialista, sem racismo, opressão e exploração!■